EDUCAÇÃO
V.13 • N.2 • 2026 • Publicação Contínua

ISSN Digital: 2316-3828
ISSN Impresso: 2316-333X
DOI: 10.17564/2316-3828.2026v13n2p356-372

INTERFACES CIENTÍFICAS

A REPRESENTAÇÃO DA FAMÍLIA NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS: PRESENÇA OU INVISIBILIDADE?

THE REPRESENTATION OF THE FAMILY IN BRAZILIAN EDUCATIONAL POLICIES: PRESENCE OR INVISIBILITY?

LA REPRESENTACIÓN DE LA FAMILIA EN LAS POLÍTICAS EDUCATIVAS BRASILEÑAS: ¿PRESENCIA O INVISIBILIDAD?

Lucas Alves Barbosa e Silva[1]
Fausto de Melo Faria Filho[2]
Ricardo Diógenes Dias Silveira[3]

RESUMO

Este estudo analisa como a família é representada e significada nas políticas públicas educacionais brasileiras, com ênfase nas tensões entre a presença discursiva da família e a invisibilização de sua diversidade nos currículos escolares. O objetivo consistiu em examinar de que modo legislações e documentos curriculares incorporam, ou silenciam, a pluralidade de arranjos familiares, bem como identificar as barreiras ideológicas que limitam sua efetiva valorização no âmbito educacional. Adotou-se uma abordagem qualitativa, por meio de pesquisa documental e análise semiótica do discurso, fundamentada em Chizzotti (2014), visando decodificar os sistemas de signos, articulações discursivas e silenciamentos presentes nos textos normativos. O corpus analítico foi composto pelas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/1961, nº 5.692/1971 e nº 9.394/1996, pela Base Nacional Comum Curricular (2017), pelo Documento Curricular para Goiás (2019) e pela Proposta Curricular do Ensino Fundamental I: 1º ano (2023). Os resultados evidenciam que, embora a família seja reiteradamente mencionada nos documentos analisados, sua diversidade permanece tratada de forma periférica, fragmentada e predominantemente declaratória, sem se consolidar como princípio estruturante do currículo. Observa-se, ainda, a influência de racionalidades neoliberais e neoconservadoras que reforçam modelos familiares normativos e deslocam para a esfera privada responsabilidades educacionais. Conclui-se que a efetiva incorporação da diversidade familiar nas políticas educacionais demanda o enfrentamento dessas racionalidades hegemônicas, o fortalecimento da formação docente e a construção de currículos que reconheçam a pluralidade familiar como dimensão constitutiva da formação cidadã e da democratização da educação pública.

PALAVRAS-CHAVE

Políticas Educacionais; Família; Currículo.

ABSTRACT

This study analyses how the family is represented and signified in Brazilian public educational policies, with particular emphasis on the tensions between the discursive presence of the family and the invisibilisation of family diversity within school curricula. The aim was to examine how legislation and curricular documents incorporate, or silence, the plurality of family arrangements, as well as to identify the ideological barriers that limit their effective recognition in educational contexts. A qualitative approach was adopted, using documentary research and semiotic discourse analysis, grounded in Chizzotti (2014), in order to decode the systems of signs, discursive articulations and silences embedded in normative texts. The analytical corpus comprised the National Education Guidelines and Framework Laws no. 4,024/1961, no. 5,692/1971 and no. 9,394/1996, the National Common Core Curriculum (2017), the Goiás Curricular Document (2019) and the Curricular Proposal for Primary Education – 1st Grade (2023). The results indicate that, although the family is repeatedly mentioned in the analysed documents, its diversity remains treated in a peripheral, fragmented and predominantly declaratory manner, failing to consolidate itself as a structuring principle of the curriculum. Furthermore, the influence of neoliberal and neoconservative rationalities is observed, reinforcing normative family models and shifting educational responsibilities to the private sphere. It is concluded that the effective incorporation of family diversity into educational policies requires confronting these hegemonic rationalities, strengthening teacher education and constructing curricula that recognise family plurality as a constitutive dimension of citizenship education and the democratisation of public education.

KEYWORDS

Educational Policies; family; curriculum.

RESUMEN

Este estudio analiza cómo la familia es representada y significada en las políticas públicas educativas brasileñas, con especial énfasis en las tensiones entre la presencia discursiva de la familia y la invisibilización de la diversidad familiar en los currículos escolares. El objetivo fue examinar de qué

manera la legislación y los documentos curriculares incorporan, o silencian, la pluralidad de configuraciones familiares, así como identificar las barreras ideológicas que limitan su reconocimiento efectivo en el ámbito educativo. Se adoptó un enfoque cualitativo, mediante investigación documental y análisis semiótico del discurso, fundamentado en Chizzotti (2014), con el fin de decodificar los sistemas de signos, las articulaciones discursivas y los silenciamientos presentes en los textos normativos. El corpus analítico estuvo compuesto por las Leyes de Directrices y Bases de la Educación Nacional n.º 4.024/1961, n.º 5.692/1971 y n.º 9.394/1996, la Base Nacional Común Curricular (2017), el Documento Curricular de Goiás (2019) y la Propuesta Curricular de la Educación Primaria – 1.º grado (2023). Los resultados indican que, aunque la familia es mencionada de forma recurrente en los documentos analizados, su diversidad sigue siendo tratada de manera periférica, fragmentada y predominantemente declarativa, sin consolidarse como principio estructurante del currículo. Asimismo, se observa la influencia de racionalidades neoliberales y neoconservadoras que refuerzan modelos familiares normativos y desplazan las responsabilidades educativas hacia la esfera privada. Se concluye que la incorporación efectiva de la diversidad familiar en las políticas educativas exige el enfrentamiento de estas racionalidades hegemónicas, el fortalecimiento de la formación docente y la construcción de currículos que reconozcan la pluralidad familiar como una dimensión constitutiva de la formación ciudadana y de la democratización de la educación pública.

PALABRAS CLAVE

Políticas Educativas; Familia; Plan de Estudios.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo emerge de uma inquietação epistemológica voltada à identificação, problematização e análise crítica das vozes que atravessam o discurso documental das políticas educacionais brasileiras no que se refere ao conceito de família. Inscrito em uma perspectiva teórico-crítica, o trabalho articula os campos das políticas educacionais, do currículo e dos estudos sobre família, compreendendo os documentos normativos não apenas como instrumentos regulatórios das práticas escolares, mas como artefatos discursivos que produzem sentidos, legitimam modelos sociais e estabelecem limites simbólicos para o reconhecimento, ou a negação, da diversidade familiar no espaço escolar.

Parte-se do pressuposto de que as políticas educacionais, ao organizarem currículos e orientarem práticas pedagógicas, operam também como dispositivos de poder que selecionam, hierarquizam e silenciam determinadas formas de organização familiar.

A análise proposta fundamenta-se na compreensão de que as políticas públicas educacionais brasileiras são atravessadas por tensões ideológicas históricas que moldam a construção curricular e incidem diretamente sobre a visibilidade da diversidade familiar. Como destacam Saviani (2008) e Silva *et*

al. (2020), a educação pública no Brasil tem sido historicamente marcada por disputas entre projetos societários antagônicos, nos quais se confrontam perspectivas democráticas e inclusivas com racionalidades excludentes, de matriz neoliberal e neoconservadora. Nesse cenário, a família assume um lugar ambíguo: ao mesmo tempo em que é reiteradamente valorizada nos discursos oficiais, tem sua pluralidade frequentemente invisibilizada nas orientações curriculares e nas práticas pedagógicas.

Sob a influência do neoliberalismo, observa-se a consolidação de uma racionalidade educacional que prioriza a eficiência administrativa, os resultados quantitativos e a responsabilização individual, em detrimento de princípios como equidade, justiça social e inclusão (Mota Junior; Maués, 2014; Melo; Santi, 2021). Essa lógica, reforçada pela atuação de organismos multilaterais a partir da década de 1990, como o Banco Mundial, redefine o papel do Estado na educação, promovendo a descentralização da gestão, a centralização das receitas e a ampliação de parcerias público-privadas. Conforme alertam Silva *et al.* (2020), tal racionalidade tende a ignorar a diversidade sociocultural e familiar existente no país, aprofundando desigualdades históricas e deslocando para as famílias responsabilidades que deveriam ser assumidas pelo poder público.

Paralelamente, o neoconservadorismo emerge como força ideológica que reforça valores morais tradicionais e limita a representação das configurações familiares contemporâneas nos currículos escolares. A partir de 2016, intensificam-se discursos que acusam a escola e os professores de "doutrinação ideológica", especialmente em temas relacionados a gênero, sexualidade e diversidade familiar. Conforme evidencia Furlin (2023), a retórica da chamada "ideologia de gênero" foi amplamente mobilizada como dispositivo discursivo para sustentar agendas neoconservadoras na política educacional brasileira, deslocando o debate educacional para a esfera moral e produzindo riscos à democracia.

Segundo Silva (2023), no governo Bolsonaro (2019–2021), esse sintagma foi utilizado para minar propostas educacionais voltadas à equidade de gênero e ao reconhecimento da diversidade familiar, resultando na exclusão desses debates dos currículos escolares.

Essas dinâmicas ideológicas refletem-se na formulação das políticas educacionais brasileiras, que historicamente oscila entre períodos de maior centralização e fases de descentralização do ensino, influenciando diretamente a forma como a diversidade familiar é incorporada, ou silenciada, nos currículos (Tomé; Santos, 2025). A dificuldade de consolidar um modelo curricular que contemple diferentes configurações familiares expressa disputas entre o Estado, grupos religiosos e setores privados da educação, tensionando o caráter público, laico e democrático da escola.

Nesse contexto, legislações como as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1961, 1971 e 1996 constituem marcos estruturantes da política educacional brasileira, ao lado de documentos contemporâneos como a Base Nacional Comum Curricular (2017), o Documento Curricular para Goiás (2019) e a Proposta Curricular do Ensino Fundamental I: 1º ano (2023). Embora esses textos apresentem avanços normativos no reconhecimento da diversidade cultural e social, estudos apontam que a diversidade familiar permanece frequentemente tratada de forma periférica ou implícita, sem se consolidar como eixo estruturante do currículo (Moreira, 2002, 2021; Zani; Mansano, 2017; Rinco; Loreto, 2021).

A literatura evidencia que esse processo está associado ao familismo enquanto mecanismo ideológico, que privilegia a família nuclear tradicional e desconsidera os múltiplos arranjos familiares

contemporâneos, como famílias monoparentais, reconstituídas, homoafetivas ou baseadas em vínculos afetivos não consanguíneos (Souza, 2018; Rinco; Loreto, 2021; Arantes, 2024). Tal lógica reforça estereótipos de gênero, limita o potencial emancipatório do currículo escolar e dificulta a valorização da diversidade familiar nas práticas pedagógicas.

Diante desse panorama, emerge a problemática central que orienta este estudo: até que ponto as políticas públicas educacionais brasileiras contemplam ou invisibilizam a diversidade familiar nos currículos escolares? Essa questão torna-se ainda mais relevante quando considerada à luz das racionalidades neoliberais e neoconservadoras que atravessam a formulação das políticas educacionais contemporâneas e condicionam a forma como a família é significada no discurso curricular.

Com o objetivo de responder a essa problemática, o estudo propôs analisar como a família é representada nas políticas públicas educacionais e curriculares brasileiras. Essa análise desdobra-se em três eixos principais: (i) examinar os discursos presentes nas LDBEN de 1961, 1971 e 1996, identificando as concepções de família nelas inscritas; (ii) investigar como a Base Nacional Comum Curricular (2017) e o Documento Curricular para Goiás (2019) abordam, ou silenciam, a diversidade familiar; e (iii) identificar barreiras ideológicas que dificultam a valorização da pluralidade de arranjos familiares nos currículos escolares.

A relevância deste estudo reside na urgência de reconhecer e representar a diversidade familiar contemporânea nos currículos escolares, considerando a centralidade da família no processo educativo e na formação cidadã (Souza, 2018; Cardoso *et al.*, 2020; Maranhão; Rosa, 2021).

A Constituição Federal de 1988 e as legislações educacionais reafirmam o papel da educação como promotora de inclusão e equidade, objetivos que somente poderão ser plenamente alcançados se as políticas públicas educacionais contemplarem, de forma efetiva, todas as configurações familiares. Ao problematizar os sentidos atribuídos à família no discurso das políticas educacionais, este estudo busca contribuir para um debate crítico e fundamentado sobre os caminhos possíveis para a construção de uma educação pública que valorize a diversidade, fortaleça a democracia e assegure direitos a todas as famílias brasileiras.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A opção pelo uso de documentos como fonte central desta pesquisa fundamenta-se na compreensão de que as políticas educacionais se materializam, primordialmente, por meio de textos normativos que não apenas regulamentam práticas, mas também produzem sentidos, legitimam concepções e orientam discursos pedagógicos. Conforme destacam Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), os documentos constituem registros históricos e socioculturais que permitem apreender a evolução de ideias, valores e práticas ao longo do tempo, tornando-se fontes privilegiadas para investigações que demandam contextualização histórica e análise crítica das políticas públicas.

Nesse sentido, este estudo desenvolveu uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter documental e bibliográfico, com o objetivo de examinar como a família é representada nas políticas edu-

cacionais brasileiras, considerando legislações e documentos curriculares produzidos em diferentes contextos históricos e políticos.

A pesquisa documental foi conduzida a partir de critérios rigorosos de seleção, acesso e análise dos documentos, conforme orienta Godoy (1995). A seleção documental constituiu uma etapa fundamental do percurso metodológico e foi guiada por critérios previamente definidos e articulados à problemática central da pesquisa. Foram selecionados documentos que abrangem distintos períodos históricos da educação brasileira, permitindo observar continuidades, rupturas e inflexões no tratamento do conceito de família ao longo do tempo. Além disso, priorizaram-se textos com impacto legislativo e normativo significativo, capazes de influenciar diretamente a formulação das políticas públicas educacionais e a organização curricular do Ensino Fundamental, especialmente nos anos iniciais.

Nesse contexto, compuseram o corpus documental da pesquisa as LDBEN de 1961, 1971 e 1996, a Base Nacional Comum Curricular (2017), o Documento Curricular para Goiás (2019) e a Proposta Curricular do Ensino Fundamental I: 1º ano (2023). A escolha desses documentos justifica-se tanto por sua relevância normativa quanto por sua aplicação direta no cotidiano escolar, uma vez que orientam práticas pedagógicas, formação docente e organização curricular. A disponibilidade desses textos em fontes oficiais e públicas assegurou a fidedignidade das informações analisadas e possibilitou amplo acesso ao material, condição essencial para a transparência e a reprodutibilidade da pesquisa.

A análise documental foi complementada por uma revisão bibliográfica sistemática, voltada à construção do referencial teórico que sustenta a interpretação dos dados empíricos. Essa etapa envolveu a leitura e a análise crítica de autores que discutem políticas educacionais, currículo, diversidade familiar, neoliberalismo, neoconservadorismo e familismo, permitindo situar os documentos analisados no interior de debates acadêmicos consolidados. A articulação entre pesquisa documental e bibliográfica possibilitou não apenas descrever os conteúdos normativos, mas também interpretá-los à luz de referenciais teóricos capazes de explicitar seus fundamentos ideológicos e implicações pedagógicas.

Como estratégia central de análise dos documentos, adotou-se a abordagem da análise semiótica do discurso, conforme as contribuições de Antonio Chizzotti (2014). A escolha dessa perspectiva metodológica decorre de sua capacidade de ultrapassar a leitura literal dos textos, permitindo a decodificação dos sistemas simbólicos e dos sentidos implícitos que atravessam a produção discursiva das políticas educacionais. A semiótica do discurso possibilita examinar a relação entre significante, a forma como os conceitos são expressos nos textos normativos, e significado, os sentidos, valores e concepções que esses conceitos veiculam.

A aplicação da análise semiótica concentrou-se na identificação de articulações homólogas, analógicas e simbólicas presentes nos documentos selecionados. As articulações homólogas permitiram observar como determinados termos e conceitos, como “família”, “educação”, “diversidade” e “direitos humanos”, são associados de maneira recorrente a determinados valores e funções sociais. As articulações analógicas possibilitaram identificar paralelos estabelecidos entre família, escola e sociedade, revelando expectativas normativas sobre o papel de cada uma dessas instâncias. Já as articulações simbólicas evidenciaram os sentidos mais amplos atribuídos à família no discurso educacional, bem como os silenciamentos e ausências que contribuem para a marginalização da diversidade familiar.

O percurso metodológico estruturou-se em etapas interdependentes e sequenciais. Inicialmente, realizou-se a identificação e a coleta dos documentos legais e curriculares que compõem o corpus da pesquisa. Em seguida, procedeu-se à leitura exploratória desses textos, com o objetivo de mapear a ocorrência dos termos relacionados à família e à diversidade. Posteriormente, desenvolveu-se a leitura analítica aprofundada, orientada pela análise semiótica do discurso, buscando compreender como esses termos são articulados no interior dos textos e quais sentidos são produzidos ou omitidos. Paralelamente, a revisão bibliográfica forneceu subsídios teóricos para a interpretação crítica dos achados empíricos.

Por fim, os resultados da análise foram sistematizados de forma comparativa, permitindo identificar padrões discursivos, continuidades e rupturas entre os diferentes documentos e períodos históricos. Essa sistematização possibilitou uma leitura crítica das abordagens adotadas pelas políticas educacionais brasileiras no que se refere à família, evidenciando os limites e as possibilidades de incorporação da diversidade familiar nos currículos escolares. O percurso metodológico adotado buscou, assim, assegurar rigor científico, coerência interna e aprofundamento analítico, contribuindo para uma compreensão qualificada dos significados atribuídos à família no discurso educacional brasileiro ao longo do tempo.

3 RESULTADOS

A análise documental, conduzida a partir de uma abordagem qualitativa e orientada pela análise semiótica do discurso, possibilitou identificar regularidades discursivas, inflexões normativas e silenciamentos estruturais na forma como a família é representada nas políticas educacionais brasileiras. O exame sistemático das LDBEN de 1961, 1971 e 1996, da Base Nacional Comum Curricular (2017), do Documento Curricular para Goiás (2019) e da Proposta Curricular do Ensino Fundamental I: 1º ano (2023) evidencia que, embora a família figure de maneira recorrente e transversal nos textos normativos, sua diversidade não se consolida como princípio estruturante da organização curricular. O termo “família” aparece de forma reiterada, mas majoritariamente dissociado de referenciais que reconheçam a pluralidade de arranjos familiares existentes no contexto social brasileiro.

Na Lei nº 4.024/1961, a leitura analítica dos dispositivos que mencionam a família revela uma construção discursiva marcada pela generalidade e pela homogeneização. A família é associada aos fins da educação e ao direito de escolha do tipo de ensino a ser ofertado aos filhos, especialmente nos artigos iniciais do texto legal. No entanto, não se observam marcas discursivas que indiquem problematização das condições sociais, culturais ou históricas das famílias brasileiras. A ausência de qualificadores, categorias ou referências à diversidade de arranjos familiares indica que a família é concebida como uma entidade abstrata, universal e normativamente estável, o que resulta na naturalização de um modelo familiar único, alinhado aos valores dominantes do período histórico de elaboração da lei.

A Lei nº 5.692/1971 mantém essa concepção generalizante, ao mesmo tempo em que introduz uma inflexão funcionalista no tratamento da família. A análise semiótica dos artigos que tratam da cooperação entre escola, família e comunidade evidencia que a família passa a ser mobilizada prio-

ritariamente como instância de apoio instrumental ao desempenho escolar e à formação voltada ao trabalho. Os signos discursivos relacionados à família aparecem subordinados à lógica produtivista e tecnocrática que orienta o conjunto do texto legal, especialmente no que se refere à preparação da mão de obra e à eficiência do sistema educacional. Não há referências às dimensões afetivas, culturais ou identitárias da vida familiar, tampouco à pluralidade de arranjos existentes, o que resulta no silenciamento sistemático da diversidade familiar.

Com a promulgação da Lei nº 9.394/1996, observa-se a incorporação de princípios discursivos associados à pluralidade de ideias, à gestão democrática e ao respeito à diversidade, especialmente nos artigos que tratam dos fundamentos da educação nacional. Contudo, a análise empírica dos dispositivos que mencionam a participação da família no processo educativo indica que tais princípios não se desdobram em referências explícitas à diversidade familiar. A família continua sendo tratada como uma categoria genérica, associada à colaboração institucional com a escola, sem que sejam reconhecidas as desigualdades estruturais, sociais e culturais que atravessam os diferentes arranjos familiares. Assim, embora haja um deslocamento normativo em direção à ampliação do discurso inclusivo, a diversidade familiar permanece em posição periférica no texto legal.

Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), a análise dos signos discursivos evidencia que a família é mencionada sobretudo no âmbito das Competências Gerais da Educação Básica, associada a valores como direitos humanos, convivência democrática, respeito às diferenças e valorização da diversidade. Entretanto, a diversidade familiar não assume centralidade na estrutura curricular do documento. As referências à família aparecem de forma transversal e fragmentada, diluídas entre princípios gerais e competências amplas, sem a definição de conteúdos, objetivos de aprendizagem ou orientações pedagógicas específicas que possibilitem o reconhecimento sistemático dos múltiplos arranjos familiares no cotidiano escolar. Essa ausência de operacionalização curricular limita a tradução dos princípios declarados em práticas educativas concretas.

O Documento Curricular para Goiás (2019) apresenta avanços pontuais ao articular a noção de família à diversidade cultural e social do contexto regional, especialmente nos componentes curriculares das Ciências Humanas. A análise evidencia a presença mais frequente de termos associados à cidadania, aos direitos humanos e à diversidade, bem como tentativas de contextualização dos conteúdos à realidade local. Ainda assim, a diversidade familiar permanece situada em um plano complementar, sem se constituir como eixo estruturante do currículo. O documento carece de diretrizes pedagógicas sistemáticas que assegurem a incorporação efetiva da pluralidade de arranjos familiares nas práticas escolares.

De modo semelhante, a Proposta Curricular do Ensino Fundamental I: 1º ano (2023) reconhece a família como elemento relevante no processo de alfabetização e no desenvolvimento socioemocional das crianças. A análise dos signos discursivos predominantes indica, contudo, uma abordagem funcionalista, na qual a família é concebida principalmente como suporte ao sucesso escolar e à consolidação das aprendizagens iniciais. A diversidade de configurações familiares aparece de forma implícita e fragmentada, diluída entre competências gerais e específicas, sem assumir centralidade na organização das práticas pedagógicas propostas para a etapa inicial do ensino fundamental.

De forma transversal, os documentos analisados revelam que a presença recorrente do termo "família" não se traduz em reconhecimento efetivo de sua pluralidade. A diversidade familiar é sistematicamente secundarizada, permanecendo no plano discursivo e normativo, sem consolidação como princípio estruturante das políticas curriculares. Os achados evidenciam, portanto, um padrão de inclusão declaratória da família, acompanhado de silenciamentos persistentes em relação às múltiplas formas de organização familiar que compõem a realidade social brasileira.

4 DISCUSSÃO

Os achados empíricos deste estudo permitem interpretar que a forma como a família é representada nas políticas educacionais brasileiras não pode ser compreendida como mero reflexo técnico de opções curriculares, mas como expressão de disputas ideológicas mais amplas que atravessam o Estado, a escola e o próprio projeto de sociedade em curso. A dissociação recorrente entre a menção à família e o reconhecimento efetivo de sua diversidade revela que os documentos normativos operam dentro de um campo de forças no qual determinadas concepções familiares são legitimadas, enquanto outras são silenciadas ou marginalizadas. Tal dinâmica confirma a compreensão de que o currículo é um território de disputas simbólicas, no qual se confrontam projetos pedagógicos, morais e políticos (Moreira, 2002; 2021).

A centralidade assumida pela racionalidade neoliberal nas políticas educacionais brasileiras constitui um eixo interpretativo fundamental para compreender esses silenciamentos. Conforme analisam Mota Junior e Maués (2014), a partir da década de 1990, as reformas educacionais passam a ser fortemente orientadas por organismos multilaterais, como o Banco Mundial, que defendem a educação como instrumento de ajuste estrutural às demandas do capitalismo global (Bruns; Evans; Luque, 2012). Essa orientação redefine a função social da escola, deslocando seu papel formativo e emancipatório para uma lógica de eficiência, produtividade e mensuração de resultados, o que impacta diretamente a construção curricular e os conteúdos considerados legítimos.

Nesse contexto, a diversidade familiar passa a ocupar um lugar residual no currículo, uma vez que não se adequa facilmente aos parâmetros de avaliação em larga escala e aos indicadores de desempenho educacional. Como apontam Melo e Santi (2021), a BNCC (2017), embora mobilize um discurso de inclusão, estrutura-se sob uma lógica normativa e prescritiva que prioriza competências mensuráveis, o que limita a incorporação de dimensões formativas ligadas à diversidade, à afetividade e às experiências familiares plurais. Os achados deste estudo corroboram essa análise ao evidenciar que, mesmo quando a diversidade é mencionada nos documentos curriculares, ela permanece dissociada de orientações pedagógicas sistemáticas e de políticas públicas de apoio às realidades familiares diversas.

A oscilação histórica entre centralização e descentralização das políticas educacionais brasileiras, destacada por Tomé e Santos (2025), também se mostra central para a interpretação dos resultados. Tal movimento revela que a dificuldade de consolidar um currículo comprometido com a plura-

lidade familiar não decorre apenas de lacunas normativas, mas de disputas estruturais em torno da definição do que deve ser ensinado, para quem e com quais finalidades. A análise dos marcos legais evidencia que avanços discursivos, como aqueles introduzidos pela LDBEN de 1996, convivem com mecanismos de controle e padronização que restringem a autonomia curricular e esvaziam o potencial democrático da escola (Ximenes; Melo, 2022).

Paralelamente, a ascensão do neoconservadorismo intensifica esse quadro ao introduzir uma moralização explícita dos debates educacionais. Conforme demonstra Furlin (2023), a retórica da "ideologia de gênero" opera como um dispositivo discursivo estratégico para deslegitimar pautas relacionadas à diversidade, aos direitos humanos e às configurações familiares não normativas. Os resultados deste estudo indicam que essa retórica produz efeitos concretos na formulação curricular, contribuindo para a exclusão simbólica de famílias homoafetivas, monoparentais, reconstituídas e de outras formas de organização familiar que escapam ao modelo tradicional.

Essa tensão entre discurso inclusivo e prática excludente revela o caráter contraditório das políticas educacionais contemporâneas. Ao mesmo tempo em que os documentos normativos afirmam princípios de diversidade e equidade, mantêm silenciamentos que reproduzem desigualdades históricas. Tal contradição confirma a análise de Silva (2023), ao apontar que o discurso curricular familista produz um "vazio de sentidos docentes", no qual a família é enaltecida abstratamente, mas sua diversidade concreta é invisibilizada.

Nesse cenário, o familismo constitui uma chave analítica fundamental para aprofundar a interpretação dos achados. Conforme Arantes (2024), o familismo opera como um mecanismo ideológico que desloca para a esfera privada a responsabilidade pela proteção social e pela superação das desigualdades, ao mesmo tempo em que reforça papéis tradicionais de gênero e modelos normativos de família. Os resultados deste estudo indicam que essa lógica atravessa tanto legislações históricas quanto políticas curriculares recentes, ainda que sob diferentes arranjos discursivos, limitando o reconhecimento da pluralidade familiar no currículo escolar.

A Política Nacional de Alfabetização (PNA) (Brasil, 2019) exemplifica de forma contundente essa articulação entre neoliberalismo e neoconservadorismo. Ao centralizar a literacia familiar como estratégia prioritária, a PNA (2019) desloca para os lares a responsabilidade pelo processo de alfabetização, ignorando as desigualdades materiais, culturais e simbólicas que marcam as condições de vida das famílias brasileiras (Silva, 2023; Maranhão; Rosa, 2021). Tal orientação fragiliza o papel público e democrático da escola e do professor, reforçando uma concepção privatizada da educação, conforme analisam Valente e Pereira (2023).

Do ponto de vista epistemológico, os achados reforçam a crítica de Saviani (2008) acerca da resistência histórica das elites brasileiras à democratização da educação pública. A persistente invisibilização da diversidade familiar nos currículos revela que a educação continua sendo atravessada por projetos societários excludentes, que limitam seu potencial emancipatório e reafirmam desigualdades estruturais. No campo do currículo, essa constatação dialoga diretamente com Moreira (2002; 2021), ao evidenciar que a disputa curricular envolve não apenas conteúdos, mas formas de reconhecimento social, identidades e direitos.

Em termos de implicações práticas, os resultados sugerem que a incorporação efetiva da diversidade familiar no currículo exige mais do que a inclusão retórica de termos como "diversidade" e "direitos humanos" nos documentos normativos. É necessário investir na formação docente, na produção de materiais pedagógicos sensíveis à pluralidade familiar e na construção de práticas curriculares que reconheçam as experiências das crianças e de suas famílias como saberes legítimos (Cardoso *et al.*, 2020; Souza, 2018; Silva; Faria Filho; Silveira, 2024).

Como limitação do estudo, reconhece-se que a análise se concentrou no plano documental e discursivo das políticas educacionais, não contemplando a investigação empírica das práticas escolares. Embora essa abordagem permita compreender os sentidos produzidos no âmbito das políticas públicas, estudos etnográficos e pesquisas de campo poderiam aprofundar a compreensão sobre como professores e escolas interpretam, negociam ou resistem a essas orientações no cotidiano educativo (Chizzotti, 2014).

Diante disso, futuras pesquisas podem avançar na articulação entre análise documental e investigação empírica, explorando como a diversidade familiar é vivenciada nas práticas pedagógicas e nas interações escolares. Estudos comparativos entre redes de ensino e contextos regionais distintos também podem contribuir para identificar experiências curriculares que tensionem as lógicas hegemônicas e ampliem o reconhecimento da pluralidade familiar.

Em síntese, a ampliação da densidade teórica permite afirmar que a diversidade familiar permanece, majoritariamente, confinada ao plano declaratório das políticas educacionais brasileiras, sem se consolidar como princípio estruturante do currículo. A superação desse quadro exige o enfrentamento das racionalidades neoliberais e neoconservadoras que atravessam a política educacional, bem como o fortalecimento da escola pública como espaço democrático, capaz de reconhecer a diversidade familiar como dimensão constitutiva da formação cidadã, da justiça social e da efetivação do direito à educação.

5 CONCLUSÕES

Este estudo analisou de forma crítica a representação da diversidade familiar nas políticas educacionais brasileiras, tomando como base um conjunto de legislações e documentos curriculares produzidos em diferentes contextos históricos e políticos. A investigação evidenciou que, embora a família figure de maneira recorrente nos textos normativos, sua diversidade permanece, em grande medida, tratada de forma periférica, fragmentada ou implícita nos currículos escolares. Tal constatação revela um descompasso entre os discursos normativos que afirmam princípios de inclusão e diversidade e as orientações curriculares efetivamente consolidadas nos documentos analisados.

A leitura articulada da Lei nº 9.394/1996, da BNCC (2017), do Documento Curricular para Goiás (2019) e da Proposta Curricular do Ensino Fundamental I: 1º ano (2023) demonstrou que a diversidade familiar não se configura como eixo estruturante das políticas educacionais. Ainda que esses documentos mobilizem, no plano discursivo, categorias como diversidade, direitos humanos e cidadania, a análise semiótica do discurso evidenciou que tais referências raramente se desdobram em diretrizes pedagógicas claras e sistemáticas voltadas ao reconhecimento dos múltiplos arranjos fa-

miliares presentes na sociedade brasileira. Predomina, assim, uma concepção normativa de família, frequentemente alinhada a modelos tradicionais e funcionalistas.

Os resultados permitem afirmar que a invisibilização da diversidade familiar nos currículos não ocorre de forma aleatória, mas está relacionada a barreiras ideológicas que atravessam a formulação das políticas educacionais. A influência combinada de racionalidades neoliberais e neoconservadoras contribui para a centralidade de critérios como eficiência, padronização e responsabilização individual, ao mesmo tempo em que reforça discursos moralizantes sobre família e educação. Nesse cenário, a diversidade familiar tende a ser reconhecida apenas no plano declaratório, permanecendo marginalizada na organização curricular e nas orientações pedagógicas.

A análise semiótica do discurso, fundamentada em Chizzotti (2014), mostrou-se particularmente relevante para evidenciar essa tensão entre enunciação normativa e efetivação curricular. Ao decodificar os sistemas simbólicos presentes nos documentos, foi possível identificar silenciamentos, ambiguidades e articulações discursivas que contribuem para a manutenção de um modelo familista, pouco sensível às transformações sociais e às realidades familiares contemporâneas. Dessa forma, mais do que confirmar uma hipótese previamente estabelecida na literatura, o estudo aprofundou a compreensão de como essas disputas ideológicas se materializam concretamente nos textos das políticas educacionais brasileiras.

Reconhece-se, contudo, como limitação deste estudo, o fato de a análise concentrar-se exclusivamente em documentos normativos e curriculares, sem examinar diretamente os processos de implementação dessas diretrizes no cotidiano das escolas. Embora a investigação documental permita compreender os sentidos produzidos no plano das políticas, a análise das práticas pedagógicas poderia ampliar a compreensão sobre como professores, gestores e comunidades escolares interpretam, negociam ou resistem a essas orientações no contexto concreto da educação básica.

Diante disso, futuras pesquisas podem avançar no aprofundamento empírico da temática, por meio de estudos etnográficos, observações em sala de aula e entrevistas com profissionais da educação, de modo a compreender como a diversidade familiar é (ou não) incorporada nas práticas pedagógicas. Investigações em contextos regionais e locais também se mostram promissoras para identificar experiências que tensionem os limites impostos pelas políticas curriculares hegemônicas.

Por fim, o estudo reafirma a necessidade de que as políticas educacionais brasileiras avancem para além de uma inclusão meramente discursiva da diversidade familiar. A consolidação de currículos comprometidos com a equidade e a democratização da educação exige o reconhecimento da diversidade familiar como dimensão constitutiva da formação cidadã, bem como o fortalecimento do papel público da escola frente às desigualdades sociais. Somente a partir desse movimento será possível construir uma educação que dialogue, de forma efetiva, com a complexidade das famílias brasileiras contemporâneas.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Raíssa Cristina. O familismo no Brasil: a proteção social embasada no cuidado. In: Encontro Internacional de Política Social, 10., 2024, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: UFES, 2024. p. 1-16.

BRASIL. **Decreto nº** 9.765, de 11 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Alfabetização. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos, 11 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC/CNE, 2017. 579 p.

BRASIL. **Lei nº 13005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o plano nacional de educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 25 jun. 2014.

BRASIL. **Lei nº** 9394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 20 dez. 1996.

BRASIL. **Constituição 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 496 p.

BRASIL. **Lei nº** 5.692, de 11 de agosto de 1971. Diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 11 ago. 1971.

BRASIL. **Lei nº** 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 20 dez. 1961.

BRUNS, Barbara; EVANS, David; LUQUE, Javier. **Achieving world-class education in Brazil:** the next agenda. Washington, DC: The World Bank, 2012. 190 p.

CARDOSO, Alexandra Sombrio; LEANDRO, Maiara; SILVA, Mariana Luíza Becker da; MORÉ, Carmen Leontina Ojeda Ocampo; BOUSFIELD, Andréa Barbará. Representações Sociais da Família na Contemporaneidade: uma revisão integrativa. **Pensando Famílias**, Brasília, v. 1, n. 24, p. 29-44, jul. 2020.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 144 p.

FURLIN, Neiva. Agenda neoconservadora como disputa para a política educacional: o discurso da "ideologia de gênero" em notícias publicadas na internet (2019-2021). **Educação**, Santa Maria, RS, v. 48, n. 1, p. 1-29, set. 2023. DOI: 10.5902/1984644469801.

GEMINI GOOGLE. (2025). **2.0 flash thinking experimental (fevereiro de 2025)** [Modelo de linguagem]. Disponível em: https://gemini.google.com/. Acesso em: 15 dez. 2025.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, SP, v. 35, n. 3, p. 20-29, jun. 1995.

GOIÁS. Secretária de Estado de Educação. **Documento Curricular para Goiás – Ampliado (Volume II – Ensino Fundamental - Anos Iniciais).** Goiânia: Seduc/Consed, 2019. 437 p.

MARANHÃO, Laisla Shirley Rodrigues; ROSA, Lucia Cristina dos Santos. O lugar das famílias nas políticas públicas brasileiras. In: Congresso Brasileiro Ciência e Sociedade, 2., 2021, Teresina. **Anais [...]**. Teresina: UNIFSA, 2021. p. 1-12. DOI: 10.17648/cbcs-2021-137901.

MELO, Mariana de Oliveira; SANTI, Rodrigo Giuli Orlando. Os impactos do neoliberalismo na educação brasileira: análise sobre a BNCC. **Brazilian Journal Of Development**, Curitiba, PR, v. 7, n. 6, p. 64422-64430, jun. 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n6-700.

MICROSOFT COPILOT. **Copilot Pro (janeiro de 2025)** [Modelo de linguagem]. 2025. Disponível em: https://copilot.microsoft.com/. Acesso em: 15 dez. 2025.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. Formação de professores e currículo: questões em debate. **Ensaio:** Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 29, n. 110, p. 35-50, mar. 2021. DOI: 10.1590/s0104-40362020002802992.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. O campo do currículo no Brasil: construção no contexto da ANPED. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 117, p. 81-101, nov. 2002. DOI: 10.1590/S0100-15742002000300005.

MOTA JUNIOR, William Pessoa da; MAUÉS, Olgaíses Cabral. O Banco Mundial e as Políticas Educacionais Brasileiras. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, RS, v. 39, n. 4, p. 1137-1152, dez. 2014.

OPENAI. **GPT-4o (versão 1.2025.41)** [Modelo de linguagem]. 2025. Disponível em: https://chatgpt.com/. Acesso em: 15 dez. 2025.

PESSONI, Lucineide Maria de Lima. **Internacionalização das políticas educacionais, finalidades educativas escolares e qualidade de ensino:** a reforma educativa no estado de goiás. 2017. 211 f. Tese (Doutorado) – Curso de Educação, Pro-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO, 2017. Orientador: Doutor José Carlos Libâneo.

PREFEITURA Municipal de Goiatuba, Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Proposta Curricular - Ensino Fundamental I: 1º ano. Goiatuba: SEMEC Goiatuba Go, 2023. 65 p.**

QUEIROZ, Welcianne Iris de. **Políticas educacionais de avaliações externas e em larga escala no estado de Goiás:** limites e possibilidades para qualificação da educação básica. 2024. 249 f. Tese (Doutorado) – Curso de Educação, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual

Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, SP, 2024. Orientador: Doutor Sílvio César Nunes Militão.

RINCO, Ana Carolina; LORETO, Maria das Dores Saraiva de. Evolução histórica e legislativa da família. *In*: AUGUSTO, Diogo Luiz Lima; FREITAS, Patrícia Gonçalves de (org.). **Memória em diálogo:** variantes da história, política e cultura do brasil. Rio de Janeiro: Publicar Editora, 2021. p. 17-41.

RODRIGUES, Isabel; FREITAS, Aline da Silva; JESUS, Ester Zuzo de (org.). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** estudos em virtude dos 20 anos da lei n. 9.394/1996. São Paulo, SP: LTr, 2017. 152 p.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande, RS, v. 1, n. 1, p. 1-15, jul. 2009.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, SP, n. 24, p. 7-16, jun. 2008.

SILVA, Lucas Alves Barbosa e; FARIA FILHO, Fausto de Melo; SILVEIRA, Ricardo Diógenes Dias. A prática pedagógica a favor da compreensão e valorização da diversidade familiar na alfabetização: uma abordagem baseada em recursos literários e visuais. In: VI Integra do Instituto Federal Goiano, 6., 2024, Hidrolândia, GO. **Anais [...]**. Goiânia, GO: IF Goiano, 2024. p. 544-544.

SILVA, Melanie Laura Mariano da Penha. Docência, família e currículo: o vazio dos sentidos docentes na política curricular familista. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 74, p. 23-37, ago. 2023. DOI: 10.12957/teias.2023.75509.

SILVA, Robson Guedes da; RODRIGUES, Ana Flor Fernandes; FERNANDES, Diogo Pedro da Silva; ALVES, Karina Mirian da Cruz Valença. Neoliberalismo e educação: notas de uma racionalidade excludente. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, GO, v. 45, n. 1, p. 123-133, abr. 2020. DOI: 10.5216/ia.v45i1.61160.

SILVA, Simônia Peres da. **O processo de implementação das políticas educacionais e repercussões nas formas de gestão da escola e no processo de ensino-aprendizagem:** o pacto pela educação em Goiás. 2014. 249 f. Tese (Doutorado) – Curso de Educação, Pro-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO, 2014. Orientador: Doutor José Carlos Libâneo.

SOUZA, Ilka de Lima. Centralidade da família nas políticas sociais e diversidade familiar. *In*: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 16., 2018, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: UFES, 2018. p. 1-16.

TOMÉ, Luane; SANTOS, **Émina**. Contradições históricas em torno da educação básica no Brasil: a escola como assunto de governo. **Educação**, Santa Maria, RS, v. 50, n. 1, p. 1-25, fev. 2025. DOI: /10.5902/1984644470557.

VALENTE, Lucia de Fatima; PEREIRA, Marcos Antonio Lima. Políticas para a educação básica no Brasil em tempos de retrocessos democráticos: a desconstrução da agenda no governo Jair Bolsonaro. **Educação**, Santa Maria, RS, v. 48, n. 1, p. 1-22, ago. 2023. DOI: 10.5902/1984644470211.

XIMENES, Priscilla de Andrade Silva; MELO, Geovana Ferreira. BNC – Formação de Professores: da completa subordinação das políticas educacionais à BNCC ao caminho da resistência propositiva. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília - DF, v. 103, n. 265, p. 739-763, dez. 2022. DOI: 10.24109/2176-6681.rbep.103i265.5112.

ZANI, Marina Rocha; MANSANO, Sonia Regina Vargas. Transformações institucionais: um estudo sobre os novos arranjos familiares. **Semina:** Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 38, n. 1, p. 21-34, set. 2017. DOI: 10.5433/1679-0383.2017v38n1p21.

Recebido em: 12 de Janeiro de 2026
Avaliado em: 13 de Julho de 2026
Aceito em: 10 de Setembro de 2026

A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site https://periodicos.set.edu.br

1 Mestre em Ensino para a Educação Básica. Professor Classe "A" da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Goiatuba-Goiás na área Alfabetização e Letramento e Professor Classe III da Secretaria de Estado da Educação do Estado de Goiás na área de Química. ORCID: 0000-0002-6810-6907.
E-mail: lucas.alves@estudante.ifgoiano.edu.br

2 Doutor em Física. Professor de Física do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal Goiano. Editor-chefe da revista digital informativa IF em Movimento. Integra o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual e Gênero (Nepeds) do IF Goiano. ORCID: 0000-0001-7305-4438.
E-mail: fausto.filho@ifgoiano.edu.br

3 Doutor em Ciências Biológicas. Professor de Ciências Biológicas do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal Goiano. Coordenador do Núcleo de Atenção à Saúde da Comunidade Estudantil do IF Goiano. ORCID: 0000-0003-0156-4679.
E-mail: ricardo.silveira@ifgoiano.edu.br

Copyright (c) 2026 Revista Interfaces Científicas - Educação

Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.

GRUPO TIRADENTES
Inspirando o futuro
EDUNIT